



## LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO: semelhantes mas diferentes

Maria Augusta Tavares<sup>1</sup>

**Resumo:** A desigualdade – para nós, resultado ineliminável da contradição capital-trabalho – é, para o pensamento liberal, meio pelo qual a sociedade se desenvolve e produz a opulência geral. Malgrado as condições objetivas do capitalismo contemporâneo, a política econômica neoliberal legitima-se invocando a liberdade do trabalho e repetindo a promessa que fora feita pelo liberalismo, há mais de 200 anos. Verifica-se que, embora no neoliberalismo hajam elementos de continuidade do liberalismo, estes ao serem inseridos no atual contexto histórico adquirem outra substância e que esta, longe de garantir a liberdade do trabalho, aumenta o desemprego e aprofunda a desigualdade.

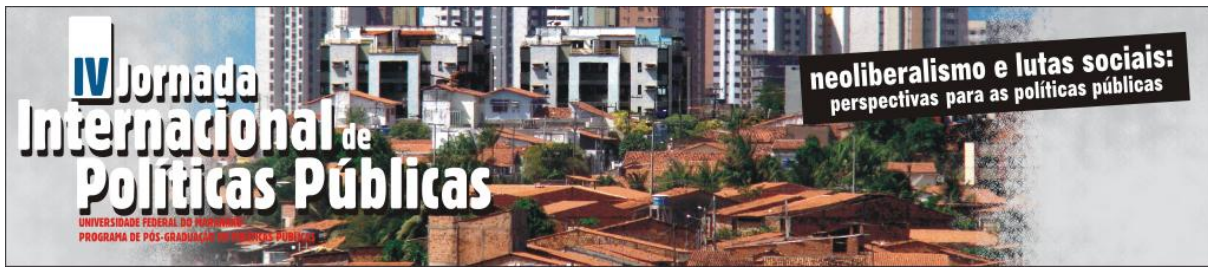
**Palavras- chave:** Liberdade, trabalho, liberalismo, neoliberalismo, desigualdade.

**Abstract:** Inequality for us is the result of the contradiction between capital-labor and for neo-liberal viewpoint is societies' means to develop and produce its opulence. Despite the objective contradictions of contemporary capitalism, neo-liberal economic policy is legitimated by appealing "freedom of work" and repeating the promises made by liberalism more than 200 years ago. Although neo-liberal policies have continuities of liberalism, these when placed into current historical context are converted into another substance that is far from guarantee "freedom of work". In fact it is the opposite, it increases unemployment and deepens inequality.

**Key words:** Freedom, work, liberalism, neo-liberalism, inequality.

---

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: guga2004@uol.com.br



## INTRODUÇÃO

No século XVIII, a revolução industrial opôs ao parasitismo do feudalismo a produtividade do capitalismo, justificando as expectativas promissoras de pensadores que, a exemplo de Adam Smith, viam a ascendente burguesia com muito otimismo. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade eram interpretados como se, a partir daquele momento desaparecesse a dominação de um ser humano por outro e todos se reconhecessem como iguais. Esse sonho, pautado no liberalismo, portanto, nos motivos egoístas dos homens, fundava-se na convicção de que a ação recíproca do mercado os modificaria, produzindo a opulência geral.

Para Smith, a mesma disposição pela qual obtemos o que necessitamos pelo acordo ou pela troca também explica o intercâmbio que origina a divisão do trabalho, por sua vez apenas limitada pela dimensão do mercado (1993, p. 99). Smith não via “a especialização como o método de dominação” (MARGLIN, 1996, p. 50), ou como a forma de “dividir para reinar” (Idem, ibidem). Poder-se-ia alegar que ao defender o mecanismo pelo qual o mercado combinaria o interesse particular com o interesse geral a sua referência fora o capitalismo na sua fase concorrencial, embora não exista um modelo de perfeita concorrência, segundo Marglin.

No modelo de perfeita concorrência, não há nem capitalistas, nem operários; há somente o grupo familiar dispondo de uma certa quantidade de recursos, que juntos – inclusive o trabalho – são trocados em mercados onde ninguém possui poder econômico. Nesse modelo, é impossível dizer se os operários alugam o capital, ou se os capitalistas alugam o trabalho e a firma não desempenha nenhum papel importante na análise (Idem, p. 64-5).

No que se refere à produção da riqueza, Smith não estava equivocado. O avanço das forças produtivas, hoje, é a demonstração cabal desse acerto. Mas o otimismo, justificável pela sua perspectiva de classe e pelo enorme progresso a que assistia, o impedia de perceber que a produtividade estaria pautada numa contradição que, necessariamente, far-se-ia acompanhar de uma também grande miséria, pois aquela riqueza social nova, móvel e lucrativa, estava condicionada a uma relação desigual, que seria cada vez mais intensificada, à medida que determinadas leis capitalistas – como a lei geral da acumulação e a tendência à taxa decrescente de lucros – ainda não devidamente explicitadas, o impusessem.

Contudo, passados mais de 200 anos, – nos quais a lei do valor não deixa dúvida quanto à sua primazia e universalidade, tampouco se pode ignorar o contraditório processo de crescimento – o sistema capitalista continua utilizando idênticos argumentos no sentido da sua



legitimidade. Os ricos criam um mundo à parte. Um mundo no qual têm polícia privada, saúde privada, previdência privada, entre outros serviços. Os pobres, por sua vez, não têm direito nem mesmo às políticas públicas, que são cada vez mais reduzidas. E quando um pobre que estava, ontem, abaixo da linha de pobreza, consegue hoje uma ocupação qualquer e não vai imediatamente devolver o cartão que lhe garante uns míseros reais, pode ser criminalizado por, indevidamente, estar se constituindo usuário de uma política social na qual ele não se enquadra.

Nesse contexto, sob o discurso da autonomia e da independência, cria-se a configuração de um trabalhador livre, que não tem patrão, que não precisa de sindicatos, que na arena do mercado é um agente econômico que vai ao encontro de outros em condição de igualdade. Essa perspectiva fomenta o empreendedorismo, a empregabilidade, a pequena empresa, o trabalho por conta própria, as potencialidades dos serviços, os arranjos produtivos locais, tentativas de obscurecer limites objetivos, pelos quais o capital já não pode criar postos de trabalho sem atingir suas taxas de lucro. Capital não existe sem trabalho e quanto mais trabalho excedente maiores as possibilidades de que seja atingido o fim capitalista. Contudo, do mesmo modo como os capitalistas não proclamam a exploração do operário, também não assumem o desemprego como fenômeno inerente ao sistema, tampouco a tendência à informalidade do trabalho fomentada mundialmente.

Essas mudanças, no entanto, não implicam a abolição do salário, nem prescindem da produção, como quer a economia vulgar. Menos ainda, garantem liberdade ao trabalho. Graças à microeletrônica e aos processos de terceirização tornou-se possível fragmentar o processo produtivo e exercer o controle da produção mesmo que esta se realize fora da fábrica, o que não significa abolir a base salarial do sistema. Trata-se, agora, em conformidade com a política da flexibilização, de criar a ilusão da liberdade, explorando o trabalho, mediante assalariamento por peça ou por produção, como é mais conhecido. Isso induz o trabalhador a pensar que está vendendo trabalho e não força de trabalho<sup>2</sup>. Trata-se do salário por peça, “forma metamorfoseada do salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é a forma metamorfoseada do valor ou preço da força de trabalho”(MARX, 1984, p. 139).

Contudo, essa realidade não se mostra de pronto. O senso comum prefere acreditar que, de fato, a contradição capital-trabalho pode ser eliminada, que a desigualdade pode ser,

---

<sup>2</sup> Cf. Marx, 1982.



se não abolida, ao menos diminuída, enfim, que a ordem capitalista pode ser preservada sem que o trabalho assalariado seja a sua base. Essa visão romântica não assumiria nenhuma importância se não tivesse lugar também no debate acadêmico. Mas, por mais irracional que isso nos pareça, há muito mais argumentos para defender o capital, do que para o pôr à prova. Em sendo assim, queremos, neste artigo, verificar o que há de comum no liberalismo e no neoliberalismo, bem como demonstrar que os princípios do liberalismo não só são preservados, como são intensificados pelo neoliberalismo, razão pela qual, ao contrário da liberdade prometida, aumentam as exigências e limites ao trabalho.

## **A LIBERDADE DO TRABALHO NA ECONOMIA NEOLIBERAL**

Para Smith, a divisão do trabalho “não procede originariamente da sabedoria humana, na sua tentativa de prever e procurar atingir a opulência geral que ela ocasiona” (1993, p. 93, v. I). Ao contrário, movidos pelo egoísmo e por interesses particulares os homens são conduzidos a competir. Tal competição, mediada pelo mercado, permite que sejam produzidos os bens necessários à toda sociedade. O mercado é, assim, o momento predominante no processo de construção da igualdade e da liberdade, ou da liberdade igual como quer esse autor.

Ora, a competição nunca foi tão acirrada, no entanto, ao invés da prometida opulência geral, o que se verifica é o aumento da miséria, da violência, dos conflitos sociais em geral. Se o trabalho continua produzindo valor e o mercado mundial garante condições para que todos os indivíduos se tornem agentes econômicos, por que os trabalhadores se encontram tão pauperizados?

Se esta pergunta fosse feita a Smith, ele, certamente, responderia tratar-se de um momento cujo progresso decorrente do próprio sistema acabaria por superá-lo. Mas, frente ao massacre cotidiano que sofrem os trabalhadores, essa resposta seria absolutamente imprópria. Então, resta à economia burguesa ignorar o âmbito da produção, onde se cria valor e se evidenciam exploração e desigualdade, e concentrar-se na circulação, espaço em que é possível reafirmar a liberdade igual para todos. Mas a recorrência a esse discurso não é suficiente para encobrir a realidade que aflige os trabalhadores, no que se refere às suas alternativas concretas de liberdade. A única saída possível para Smith seria dizer que ao apostar na opulência geral, ele esquecera de dizer que tal privilégio dizia respeito a apenas uma classe, mas não é ele quem o diz. Isso nos faz pensar que a liberdade de mercado se



assemelha a estar num navio encalhado em alto mar, sem bote, sem salva-vida e sem saber nadar: livres para pular do navio e morrer afogados. Daí, perguntarmo-nos como a sociedade regida pelo neoliberalismo, num momento em que as condições objetivas revelam taxas decrescentes de lucro, pode garantir a liberdade que a história demonstra ter sido impossível ao liberalismo? Poderia o neoliberalismo remar contra a corrente e, sem abrir mão do fim capitalista, garantir liberdade igual a trabalhadores e capitalistas?

Credita-se a Hayek (1990) a inspiração do neoliberalismo. Seria o liberalismo, para ele, apenas a continuidade do liberalismo? Por que, então, o prefixo “neo”? Em termos práticos, que implicações teriam para os trabalhadores? Convém que se verifique o que há de continuidade, de diferenciação e da essência do liberalismo na política econômica neoliberal. Para Hayek (Op. cit.), uma sociedade livre é uma sociedade desigual, que é ao mesmo tempo propulsora da liberdade geral. Em outras palavras, para Hayek, como igualmente para Smith (1993), a competição otimiza os resultados na economia. Mas o contexto histórico de Hayek é o século XX, no qual o desenvolvimento oferece possibilidades inexistentes no século XVIII. Com base nisso, Hayek (Idem) enfatiza o poder do homem de “melhorar a própria sorte”, de “poder sobre o seu próprio destino” (Idem, p. 43). Como Smith, ele também prefere ignorar que possibilidades não implicam realizações. Mas, o tempo histórico do neoliberal lhe permite referir-se aos procedimentos liberais como experiências reais – do seu ponto de vista inteiramente aprovadas –, e fazer críticas contundentes ao planejamento, deixando claro que as mesmas têm um alvo concreto. Para Hayek, o planejamento restringe a liberdade e qualquer restrição à liberdade reduz a segurança de todos. Pensa ele que a concorrência já provou ser insubstituível, sendo, “na maioria das circunstâncias, o melhor método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade” (Idem. P. 58). Mas, ao criticar o planejamento faz uma ressalva, no sentido de que não se confunda essa oposição com uma dogmática atitude do *laissez-faire*. “A doutrina liberal – diz ele – é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos, e não de deixar as coisas como estão” (Idem, ibidem). Assim, enfatiza a necessidade de uma estrutura legal cuidadosamente elaborada. Admite que o Estado de Direito produz desigualdade, mas, na sua opinião, “tudo que se pode afirmar a seu favor é que essa desigualdade não é criada intencionalmente com o objetivo de atingir este ou aquele indivíduo de modo particular” (Idem, p. 91).



Nessa perspectiva, concebe que a democracia só é possível no âmbito do capitalismo, compreendido como “um sistema de concorrência baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada” (Idem, p. 83). Tal afirmação se justifica no seu conceito de liberdade, segundo o qual, “o homem é livre quando não tem de obedecer exceto às leis” (Idem, p. 93). Portanto, “chamar de privilégio a propriedade como tal, que todos podem adquirir segundo as mesmas normas, só porque alguns conseguem adquiri-la e outros não — é destituir a palavra privilégio do seu significado” (Idem, p. 92).

A realidade, porém, tem se apresentado tão contestatória que o neoliberalismo se obriga a desviar-se um pouco da sua visão individualista. Obviamente, sem abrir mão da prioridade do mercado e insistindo na necessidade de uma reserva de trabalhadores desempregados e na funcionalidade de salários desiguais, Hayek reconhece o desemprego como um problema que deve ser acompanhado. E, dado que os problemas decorrentes do desemprego denunciam a essência perversa do capital, ele vê a necessidade de o Estado assumir um sistema de serviços sociais, “desde que a organização de tais serviços não torne ineficaz a concorrência em vastos setores da vida econômica”<sup>3</sup> (Idem, p. 59).

Nas palavras de Netto (1995), os neoliberais “são compelidos a admitir um papel qualquer do Estado em face da miséria” (Idem, p. 194-95); “são forçados a reconhecer-lhe um pouco mais que a mera guarda da propriedade” (Idem, p. 194). Tais exceções, no entanto, não implicam qualquer barreira à expansão do capital. Ao contrário, o capital nunca teve tanta força. Os neoliberais, embora não queiram efetivamente “reduzir a intervenção do Estado”, defendem um Estado mínimo, quando concretamente esse projeto, ao invés de limitar a intervenção do Estado, “pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política — o Estado máximo para o capital” (Idem, p. 196).

Pelo exposto, apesar das semelhanças entre o pensamento de Smith e o de Hayek — dado que o neoliberalismo é um desdobramento do liberalismo —, seria uma impropriedade afirmar uma continuidade entre os dois. Os elementos que denotam continuidade — o Estado limitado, o privilegiamento do mercado e a clara noção antropológica de indivíduo —, quando inseridos no contexto histórico, demonstram ter uma substância diferente. O Estado limitado ou Estado mínimo, na verdade, se constituiu numa hipertrofia; o mercado, por sua vez, adquire

---

<sup>3</sup> Razão que justifica o fim do *Welfare State*.



uma dimensão gigantesca, sendo a única instância de mediação da sociedade, e o individualismo se coloca como uma tentativa de romper com todas as políticas sociais que não passam pela relação mercantil.

A globalização da economia através, principalmente, das privatizações e da desregulamentação do mercado, potencializa a contradição capital/trabalho. Entretanto, enquanto em Smith é inquestionável o reconhecimento da contradição econômica entre as classes, os defensores do neoliberalismo tentam nos convencer de que, apenas porque foi modificado o processo de trabalho, o trabalhador transformou-se em sócio do capital. Por conseqüência, é inteiramente fora de propósito levantar discussões sobre a sociedade de classes e só nos resta aceitar as relações sociais capitalistas tais quais elas se apresentam na sua versão final. Para os economistas burgueses, essas relações são naturais.

[...] os economistas dão a entender que é nestas relações que a riqueza se cria e as forças produtivas se desenvolvem segundo as leis da natureza. Portanto, estas relações são, elas mesmas, leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem, sempre, reger a sociedade (MARX, 1985, p. 115).

A desigualdade – elemento fundamental para a eficiência e produtividade capitalista, conforme Hayek – por si só, já seria suficiente para que se questionasse o conceito de liberdade da razão liberal. Enquanto uma relação mediada pela compra e venda da força de trabalho, pela propriedade privada e pela divisão social do trabalho, o capital lhe nega cotidianamente quaisquer possibilidades de liberdade. A desigualdade fomentada pela concorrência entre capitais se estende ao mercado de trabalho e, finalmente, se configura numa relação (des)humana, em que há “para cada ganhador, uma multidão de perdedores, e que os vencedores não devem nada àqueles ou àquelas que esmagam” (GORZ, 1998, p. 50).

## CONCLUSÕES

No cenário da sociedade regida pelo neoliberalismo, o papel central da mercadoria assume dimensões assustadoras. A esse respeito, Gorz atenta para o perigo de vendermos não apenas coisas e serviços que *produzimos*, mas também parte daquilo que *somos*. Ele assinala a profissionalização da maternidade e da paternidade, a procriação comercial de embriões, a venda de crianças, o comércio de órgãos, e nos faz ver que ao nos transformarmos em mercadoria estamos tratando a vida como um meio dentre outros e não como o fim supremo ao qual todos os meios devem servir (Idem, p. 57-8).



Movida por receitas econômicas e por programas políticos neoliberais, que se constituem no atropelamento do processo democrático, a realidade vai sendo ajustada ao fim capitalista, pela introdução de reformas que “tendem a ser iniciadas a partir de cima e desencadeadas de surpresa, independentes da opinião pública e sem a participação de forças sociais organizadas” (PRZEWORSKY, 1993, p. 224). Tais reformas pretendem

[...] criar uma espécie de Estado gerencial, enxuto, que ao invés de assumir tarefas produtivas e de prestação de serviços, monta comitês e agências encarregadas de controlar e contratar serviços prestados por empresas privadas, justamente aquelas que teriam adquirido entidades anteriormente estatais (MORAES, 1998, p. 124).

Nesse contexto, seja por convencimento, seja por coerção, o neoliberalismo converte-se em senso comum. Apesar do caráter autocrático das reformas, a mesma racionalidade burguesa que as impõe também se oferece no mercado como a solução. Teria algum sentido se a população fosse desobrigada, ao menos em parte, dos impostos recolhidos pelo Estado, na medida em que funções como saúde e educação, transporte, comunicação, são transferidas para a rede privada. Mas não é o que acontece, e grande parte da população trabalhadora fica sem acesso a tais serviços. Contudo, como o critério de rentabilidade é a lógica que os rege, o capital os oferece em diferentes modalidades, as quais, apesar de não terem rótulos indicativos de seus destinatários, estes são definidos pelo conteúdo e pelo preço.

Como se pode ver, a liberdade do neoliberalismo em nada favorece os trabalhadores: imobilizados pela insegurança e pelo medo de não ter a quem vender a sua força de trabalho, tornam-se defensivos e individualistas, com o que a luta pela emancipação do trabalho é deslocada para uma competição intraclasse, na qual o máximo almejado é sobreviver como mercadoria.

## REFERÊNCIAS

- GORZ, A. Por que a sociedade salarial tem necessidade de novos criados? In: MALAGUTI, M. et all. (Orgs.) **Neoliberalismo, a tragédia do nosso tempo**. São Paulo, Cortez, 1998,
- HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 1980
- MARX, K. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984, Vol. I, T. 2.
- \_\_\_\_\_. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.





MORAES, R. C. Neoliberalismo e neofacismo – és lo mesmo pero no és igual? **Crítica Marxista**, São Paulo: Xamã, 1998, n. 7.

SMITH, A. **Riqueza das nações**. Lisboa, Fundação Calouste Goulbenkian, 1993, Vol. I.

MARGLIN, S. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os padrões?) In: GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NETTO, J. P. Crise global contemporânea e barbárie. In: VIGEVANI, T; LOUREIRO, I. et all. **Liberalismo e socialismo** : velhos e novos paradigmas. São Paulo: UNESP, 1995.

PRZEWORSKY, A. “A falácia neoliberal”. **Lua Cheia**. São Paulo: CEDEC, 1993. n. 28-29.